



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
Gabinete Vereador Wellington Sabóia

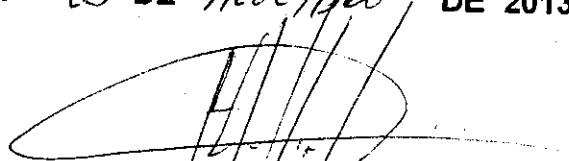
REQUERIMENTO 5003 / 2013

Requer a inclusão nos Anais desta Casa o Editorial publicado no Jornal Diário do Nordeste, dia 04 de novembro de 2013, intitulado: **Planos de saneamento em apenas 30% dos municípios, Sem os projetos, cerca de 70% das cidades brasileiras ficarão impedidas de receber recursos para o setor.**

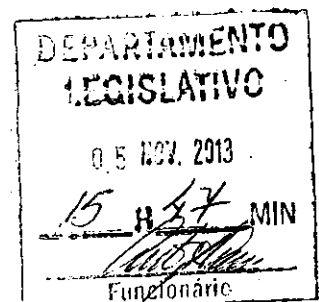
EX.MO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.

O Vereador **Wellington Sabóia**, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental vem mui respeitosamente, requerer a V. Exa. que seja incluído nos Anais desta Casa o Editorial publicado no Jornal Diário do Nordeste, dia 04 de novembro de 2013, intitulado: **Planos de saneamento em apenas 30% dos municípios, Sem os projetos, cerca de 70% das cidades brasileiras ficarão impedidas de receber recursos para o setor.**

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2013.


VEREADOR WELLINGTON SABÓIA
Partido Social Cristão - PSC

DR. THOMPSON BULCÃO, 830, GABINETE 4
ENG. LUCIANO CAVALCANTE, CEP: 60.810-460 - FORTALEZA-CE



Planos de saneamento em apenas 30% dos municípios

04/11/2013

Sem os projetos, cerca de 70% das cidades brasileiras ficarão impedidas de receber recursos para o setor

Brasília. Apenas 30% das 5.570 prefeituras brasileiras devem concluir em 2013 o Plano Municipal de Saneamento Básico, previsto pela Lei 11.445/2007, que tornou obrigatória a elaboração dos planos, segundo estimativa do Ministério das Cidades e da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar). Pelo cenário atual, 70% dos municípios ficarão impedidos de receber recursos federais para aplicar no setor, já que o Decreto 7.217/2010 determinou que, a partir de janeiro de 2014, o acesso a verbas da União ou a financiamentos de instituições financeiras da administração pública federal destinados ao saneamento básico estará condicionado à existência de um plano específico.



Além da coleta e tratamento de esgoto, o plano contempla o planejamento de longo prazo para investimentos em obras de abastecimento de água potável, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem FOTO: JOSÉ LEOMAR

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 609 municípios já haviam elaborado planos de saneamento.

"Trabalhamos com a perspectiva de até o final do ano ter 30% dos municípios com seus planos concluídos. Esperávamos que o número fosse bem maior.

"Os prefeitos têm que correr para elaborar os planos porque o cenário com o qual o ministério trabalha é que esses prazos sejam mantidos", disse o secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Osvaldo Garcia.

Para ele, é algo inconcebível um município não ter um planejamento já elaborado sobre saneamento básico.

"O prefeito tem que destinar a verba da prefeitura para o que ele acha prioritário. Ele precisa saber se acha o plano de saneamento prioritário ou não. Mas ele vai ter que responder não recebendo verbas para o setor a partir do ano que vem".